

Ferida aberta: descolonizando o Eu¹

Augusta Gerchmann²
Luciano Dias³

Resumo: Este trabalho demarca a formulação psicanalítica do Eu em relação de báscula que interliga colonização e descolonização. Tal movimento nos interessa para indicar um maior comprometimento do discurso psicanalítico com a empreitada decolonial. Se a lógica colonial é perpetuada por intermédio da categoria de raça, a recusa em nomear a incidência dessa categoria na montagem do Eu fortalece os termos da presença colonial nesse discurso.

Palavras-chave: Colonização. Decolonização. Eu. Psicanálise. Raça.

Introdução

Este trabalho é uma versão reunida e modificada dos trabalhos que apresentamos na Jornada Científica da SBPdePA – *O nascimento do Eu* – ocorrida em novembro de 2021, no formato on-line. Nossos trabalhos convergiram, principalmente, pelo entusiasmo com que recebemos o título que conformou a mesa que compusemos: “Descolonizando o Eu”. Um título, parece-nos, bastante apropriado. Afinal, ele não apenas pressupõe o Eu como categoria colonizada, como deixa subentendido uma ação necessária para que a descolonização possa se encaminhar. Tal proposição nos colocou a trabalho, de tal sorte que o que propomos como eixo central de nossa argumentação é a constituição de uma direção interpretativa para esse enunciado.

¹ Versão reunida e modificada dos trabalhos apresentados na Jornada Científica da SBPdePA – O nascimento do Eu.

² Psicóloga, Psicanalista, Membro Titular em função didática pela SBPdePA.

³ Psicanalista, membro do Ebep-Rio; Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGPSI/UFRRJ; Pesquisador Bolsista pelo Programa Nacional de Pós-doutorado – PND/CAPES.

Com vistas à proposta de uma indiferença entre eixo da sociabilidade e a montagem subjetivante, anunciada por Freud (1921/1996c) em *Psicologia das massas e análise do Eu*, nosso trabalho articula a categoria descolonização em uma dupla e simultânea perspectiva. Uma perspectiva, apoiada nos trabalhos de Piera Aulagnier (1979, 1989, 1990a), demarca a constituição do Eu em uma relação de balança entre a colonização e a descolonização. A segunda perspectiva retoma o Eu nessa dimensão colonial para circunscrever a descolonização em uma articulação ao discurso psicanalítico. Finalmente, recorreremos ao trabalho da psicanalista Neuza Santos Souza (1983) para indicar como a operação decolonial é algo que compete a esse discurso, tendo em vista uma consideração às relações raciais.

De saída, precisamos, mesmo que esquematicamente, construir uma definição sobre a descolonização. Advindo do campo da história, o termo faz referência às lutas dos povos colonizados para obter independência. Entretanto, não raro, a desocupação territorial não implica o fim da colonização, o que indica a presença de uma lógica no poder colonial capaz de se perpetuar independentemente da ocupação.

Assim, a colonização não se restringe e nem se limita a uma ocupação territorial. De tal forma, o poder colonial se desdobra em uma lógica, uma forma de domínio perpetuada mesmo na ausência de formas explícitas desse poder. A colonização é perpetuada através de formas objetivas de poder, como o aparelhamento institucional, por exemplo, mas, igualmente, ela requer o âmbito da subjetividade como uma dimensão imprescindível para sua perpetuação.

O nascimento do Eu

O ser humano nasce num meio heterogêneo a ele, espaço falante que lhe apresenta o ambiente psíquico, constituído pelo meio familiar e representante do campo social. A mãe, enquanto porta-voz privilegiada do discurso desse meio, apresentar-se-á como a agente de um duplo encontro: entre o corpo do bebê e o corpo da mãe, e encontro entre o corpo do bebê e o inconsciente da mãe, carregado de sua própria história e da ação do recalamento primário que a vivência na posição inversa desperta.

Na esteira das impressões inconscientes, Piera Aulagnier (1979) postula esse momento descrito acima como anterior ao processo primário em Freud, nomeando de processo originário, origem do encontro vincular entre a mãe e o recém-nascido que dela depende para sobreviver. Cabe à mãe colocar em marcha um processo necessário e imprescindível de colonização do Eu que ainda não se sabe sujeito. Ao *infans*⁴ cabe o trabalho de metabolizar o material

⁴ Designação em francês dada ao bebê que ainda não fala.

heterogêneo, não só o alimento, mas o banho de palavras acompanhado de sonoridade, para poder homogeneizá-lo, consistindo no modo de representação pictográfica – imagem sem palavra. Tempos em que a memória ainda não é possível, mas a realidade que se apresenta e a identidade do percebido poderá gerar perturbações, invadindo e desorganizando o psiquismo, através dos órgãos dos sentidos, levando-o a reagir através do aparelho sensório-motor.

O desencontro entre a mãe e o bebê poderá levar à distorção da existência de um corpo e de um Eu corporal, produzindo uma sensação de mutilação de tudo aquilo que seja sinal da singularidade do bebê, de seu tempo, seu espaço e seu destino. Ainda que o bebê não tenha acesso à compreensão dessa complexidade, sofrerá seus efeitos através de mensagens emitidas que o projetam regressivamente ao lugar em que a mãe havia ocupado em uma época passada, como filha, ao negar o desejo de engendrar uma nova vida e um novo SER em separado dela (Aulagnier, 1990c).

Nesse contingente patológico, o que especifica a identificação primária consiste na dupla alienação do *infans* no desejo e no imaginário da mãe, cujos mecanismos defensivos poderão ser encontrados em potencialidades mais regressivas.

Quando ocorre a falha do objeto na narcisização do sujeito, isso impede precocemente a estruturação de um Eu incipiente, causando fragilidade nesse Eu, como rachaduras psíquicas na relação do sujeito consigo e, sobretudo, uma indiferenciação entre o Eu e o não-Eu, com prevalência da imagem do outro sobre o Eu – causa de transtorno identitário.

É o que conhecemos como o Eu enquistado (Aulagnier, 1979, 1990a, 1990b, 1990c), carregando um corpo estranho que contém a história de seu meio mais íntimo, sem possibilidade de evoluir. Remete, inexoravelmente, à relação de parentesco, impedindo o Eu descendente de transitar numa temporalidade organizada, capaz de produzir um projeto de futuro. Ao contrário, torna-se destinatário do pacto narcisista parental, em benefício da repetição do idêntico, que impede o Eu de descolonizar-se.

À vista disso, a falha no encontro inicial, cuja representação se dá através do pictograma, promove um desconcerto no sujeito e seu Eu, por não ser capaz de defender-se e ter compreensão do desprazer promovido. Assim, na incapacidade de dar representação psíquica aos efeitos do traumatismo precoce, não é possível integrá-los a sua subjetividade, passo necessário para construir sua história.

O processo de constituição do Eu ocorre através de um complexo conjunto de identificações passivas num primeiro momento da vida – identificação primária – e ativas – envolvendo relações objetais no percurso da ativação das zonas erógenas que culminam integrando as pulsões parciais sob a primazia genital no

complexo de Édipo. Através da reatualização da história infantil na adolescência, também advêm, com mesma força, os enunciados que sobre o Eu formularam os outros significativos – momento de revisão desses investimentos recíprocos e reconhecimento dos limites que a natureza do psiquismo impôs ao trabalho de seu pensamento, partilhando de uma cultura que foi inicialmente apresentada pelos representantes primários, constituídos pelo vínculo parental (1991).

Decorrente de observações clínicas, Aulagnier (1979, 1989, 1990a) alude ser o Eu produto dos primeiros enunciados identificatórios advindos do encontro com a mãe, com o pai, com o inconsciente reprimido de ambos, com a conflitiva edípica e a história de suas relações objetais. Como o Eu é também uma instância identificante desses sucessivos enunciados, saber sobre Ele e suas relações de objeto torna-se tarefa imprescindível para se constituir, ainda que, de entrada, esteja alienado pelo desejo materno, como reflexo da primeira imagem refletida no olhar desse Outro significativo. Quando o encontrado pelo auxiliar alheio é diferenciado de qualquer outro objeto do mundo que o cerca, essa imagem corporal refletida no espelho do olhar da mãe poderá ser projetada em um espelho futuro, marca do registro da temporalidade desde o Eu atual.

Por sua vez, o discurso do meio deverá oferecer ao sujeito uma certeza sobre a origem, necessária para que a dimensão histórica seja retroativamente projetável sobre um passado – tornando possível o acesso a uma historicidade, fator essencial no processo identificatório e indispensável para que o Eu alcance o limiar de autonomia exigido para o seu funcionamento.

Com a vivência do pictograma que une a mãe ao recém-nascido, empática à modificação produzida no interior do bebê, entendendo seu grito e atendendo-o, a mãe deseja que o *infans* demande enquanto o *infans* demanda que a mãe deseje. Os enunciados através dos quais fala do bebê e fala ao bebê forjam uma representação que ele faz de si mesmo a partir dos efeitos desse encontro proporcionam a ilusão de se autoengendrar, bem como a sensação de onipotência (Aulagnier, 1979).

Para o Eu advir, correspondente ao processo secundário, deverá ter passado pelo processo primário, no qual fantasia e inconsciente se originam do trabalho conjunto, constituindo um primeiro juízo de realidade acerca da presença de um espaço exterior e em separado, responsável pela heterogeneidade entre produção pictográfica e produção fantasiada. Constitui o momento da entrada do pai em cena e o bebê que olha excluído para o casal, reconhecendo o investimento por parte da mãe, primeira representante do exterior e do discurso que a acompanha. Corresponde à primeira experiência de separação e de encontro, marcando o caráter de exterioridade, de não identidade em relação

com o Eu materno e seus enunciados identificatórios, como prova da castração simbólica. Essa representação fantasiada no processo primário é precursora do complexo de Édipo.

Durante o período pré-genital, esse projeto não apresenta conflito, uma vez que o que a criança almeja para o futuro é o mesmo que gostaria de ter no presente – dominado pela fantasia de ser o objeto de desejo da mãe, enquanto ideal vinculado ao narcisismo infantil.

No período pós-edípico, o SER substitui o TER, quando o que almeja SER no futuro diverge daquilo que é no presente e do que FOI no passado, tendo como condição insubstituível o atravessamento do pai, seja na cena real, seja no psiquismo materno, marca da separação de um estado de plenitude narcísica que alimentou o narcisismo trófico. Esse narcisismo sustenta e encoraja para o reconhecimento da ameaça de castração como função atribuída ao objeto, ao autorizar e estimular que o Eu do próximo advenha com seus pensamentos, afetos e sentimentos singulares, marcando, assim, o momento de liberdade do sujeito e sua subjetividade, “descolonizando o EU”.

Decolonização e psicanálise

Como sabemos, a constituição do discurso psicanalítico se realizou no fim do século XIX, numa perspectiva eminentemente crítica à modernidade. Essa assertiva encontra muitas portas de entrada no texto freudiano. Uma delas nos interessa aqui por encontrar no registro do Eu o cerne de sua fundamentação.

Em 1914, no ensaio *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud (1914/1996a) acentua as críticas ao Eu como baliza operante do psiquismo, indicando a presença do outro como elemento indispensável para a constituição e a regulação do funcionamento do aparelho psíquico. Se um primeiro grau desse descentramento já havia sido formulado com a proposição do Inconsciente – que impôs limites ao Eu regido pela consciência –, o ensaio sobre o narcisismo radicaliza esse movimento, indicando como o Eu não é um dado originário, mas o efeito – que pode advir (ou não) – dos investimentos libidinais do outro. Por essa via, Freud dismantela bases fundamentais da subjetividade moderna que, desde Descartes, fundamentou-se num solipsismo individualista. Em outras palavras, ao forjar a subjetividade regulada por uma balança permanente entre o investimento de si e o investimento objetal, fazendo do Eu o efeito do investimento narcísico, Freud indica os limites da subjetividade desenhada desde a aurora do projeto civilizatório europeu.

Foi por esse caminho que, em 1917, no texto *Uma dificuldade para a psicanálise*, Freud (1917/1996b) ampliou o alcance dessas formulações ousando afirmar que

a psicanálise encarnaria uma ferida narcísica para humanidade. O psicanalista acreditou que seria tal o impacto de suas proposições no projeto da modernidade, que a psicanálise representaria um terceiro golpe nas pretensões universalizantes, fixadas a partir do Eu racional. Assim, se para Copérnico o homem não era o centro de uma cosmologia, e para Darwin ele era apenas uma entre tantas outras espécies na evolução, a psicanálise, na mesma direção, teria destronado o Eu como agenciador supremo da realidade material. Freud sustenta a efetividade da ferida na medida em que a subjetividade, forjada com a psicanálise, não está circunscrita aos limites da soberania do Eu. Este, como dirá o psicanalista, não é senhor na própria casa (submetido que está às forças inconscientes), além disso, não se constitui afastado de uma relação de dependência à alteridade do outro.

Entretanto, é possível nos perguntarmos, a partir da teoria decolonial – comprometida, portanto, com os rumos do projeto da modernidade, não desde o seu centro, mas a partir de suas periferias – sobre o alcance da ferida pretendida por Freud. Bem entendido, não se trata de invalidar a tese freudiana, mas de circunscrevê-la. Nenhuma dúvida sobre a crítica freudiana ao Eu, que funda a modernidade. Contudo, se esse projeto, mediado pela categoria raça, funda-se na aniquilação do outro como um não igual, então, enquanto não sustentar uma interrogação frontal, coerente e sistemática, sobre a incidência racial na montagem das subjetividades, o discurso psicanalítico seguirá reproduzindo a lógica colonial em seu pilar estruturante. Do mesmo modo, se com a imagem de uma ferida narcísica Freud procurou representar o abalo na autossuficiência e na pretensão arrogante do sujeito moderno, esse tremor permanece contido pela não problematização da matriz colonial de poder assentada na raça.

Analisada desde as margens – no Brasil e na América Latina – a manutenção do silêncio dos psicanalistas sobre a marcação racial funciona como signo de uma presença colonial na psicanálise. Por esse vértice, ainda que Freud tenha operado um descentramento do Eu, interrogado criticamente a pertinência da tradição fundante da subjetividade moderna, a psicanálise pós-freudiana persiste atrelada às matrizes teóricas do projeto colonial.

Psicanálise e problematização da branquitude

Para finalizar, é importante explicitar que interrogar a recusa dos psicanalistas em se tratando de problematizar sobre a raça, não equivale a estabelecer um olhar perpendicular sobre o negro. A raça atua como força motriz da mecânica de poder colonial, o que significa que ela alcança o corpo negro, fabricando-o em uma suposta inferioridade, mas ela é, fundamentalmente, a perpetuadora da lógica de subjugo sustentada pela branquitude convertida em ideal. Desse

modo, a problematização do trauma colonial não implica apenas em uma pergunta sobre o sujeito negro, de maneira diferencial, esse questionamento visa, também, o corpo branco.

Assim, nos anos de 1980, em sua dissertação de mestrado publicada com o título *Tornar-se negro*, Neuza Santos Souza privilegiou uma análise que destaca o destrocamento narcísico decorrente nos sujeitos negros, ao forjarem a si mesmos regulações a partir de um Ideal de Ego branco (Souza, 1983). Como mostra a autora, a lógica colonial e capitalista impõe a esse sujeito uma identificação compulsória ao branco colonizador. Isso supõe, como contraface, um rebaixamento simbólico dos referenciais de matriz africana e acarreta um esfacelamento na montagem subjetivante do negro.

Um dos relatos coletados por Souza (1983) em sua pesquisa, expõe os termos dessa contradição identificatória:

aí, eu não sabia meu lugar, mas sabia que negro eu não era. Negro era sujo, eu era limpa; negro era burro, eu era inteligente; era morar na favela e eu não morava e, sobretudo, negro tinha lábios e nariz grossos eu não tinha. (p. 48)

Um destrocamento narcísico se impõe como consequência do aprisionamento nos labirintos de existir em um corpo signo de uma desvalorização socioeconômica, cultural e simbólica.

Por seu turno, Grada Kilomba (2019) nos ajuda a localizar as operações que perpetuam a branquitude como baliza normativa, determinando a dialética do poder colonial. Segundo a autora, a branquitude vê e narra a si mesma como racialmente neutra. Ela se ancora na possibilidade de uma omissão sobre o prisma racial em sua construção identitária.

Uma consequência imediata desse silêncio sobre o corpo racializado branco é que as categorias psicanalíticas se apoiam nesse não dito. O Eu – como unidade psíquica advinda das imagens corporais – é constituído em franca relação com a brancura. De tal forma, a universalidade do Eu narcisicamente organizado se apoia no silêncio racial que a branquitude sustenta sobre si mesma. Nessa direção, o não dito atesta o racismo pelo simples fato de que, ao não explicitarmos a articulação entre o Eu e a brancura, o reproduzimos como ponto de referência daquilo que, supostamente, é o humano. O que está jogo (nas leituras de Souza (1983) e Kilomba (2019)), portanto, são as técnicas de poder que legitimam o racismo como estratégia de dominação, são as engrenagens que ancoram o racismo em uma *recusa* de saber sobre a incidência racial.

Visto sob esse ângulo, o Eu perpetuado através do inominado da brancura desconhece qualquer ferida narcísica, posto que persiste sustentado às matrizes

do projeto colonial. Através do silêncio que sustenta acerca da própria marcação racial e da projeção da existência da raça no Outro, a branquitude *denega* a ferida imposta pela revolução freudiana.

Nesse sentido, descolonizar o Eu e, portanto, a psicanálise, convoca ao esforço de interrogarmos a raça como pilar de dominação. E isso supõe aprofundarmos os estudos sobre as consequências psíquicas do racismo, mas exige, em igual medida, a problematização da branquitude como invariável normativa. Descolonizar o Eu passa por interrogarmos a maneira como a categoria de Eu (e outras tantas noções psicanalíticas), herdadas do projeto da modernidade, são naturalizadas de modo a-histórico, como invariáveis que não consideram as realidades socioeconômicas e históricas do país em que vivemos.

Bleeding wound: decolonizing the Self

Abstract: This text demarcates the psychoanalytic formulation of the Self in a tilting relationship that links colonization and decolonization. Such a movement interests us to indicate a greater commitment of the psychoanalytic discourse to the decolonial enterprise. If the colonial logic is perpetuated through the category of race, the refusal to name the incidence of this category in the montage of the Self strengthens the terms of the colonial presence in this discourse.

Keywords: Colonization. Decolonization. Psychoanalysis. Racism. Self.

Referências

Aulagnier, P. (1979). *A violência da interpretação: Do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago.

Aulagnier, P. (1989). *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro: Do discurso identificador ao discurso delirante*. São Paulo: Escuta.

Aulagnier, P. (1990a). Desejo, demanda, sofrimento. In *Um intérprete em busca de sentido* (Vol. 1, pp. 169-310). São Paulo: Escuta.

Aulagnier, P. (1990b). A filiação persecutória. In *Um intérprete em busca de sentido* (Vol. 2, pp. 69-81). São Paulo: Escuta.

Aulagnier, P. (1990c). Os dois princípios do funcionamento identificatórios: Permanência e mudança. In *Um intérprete em busca de sentido* (Vol. 2, pp.181-194). São Paulo: Escuta.

Aulagnier, P. (1991). Construir-se un pasado. *Psicoanálisis*, 13(3), 441-468.

Freud, S. (1996a). Sobre o narcisismo: Uma introdução. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

Freud, S. (1996b). Uma dificuldade para a psicanálise. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (1996c). Psicologia das massas e análise do Eu. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921)

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Souza, N. (1983). *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal.

Copyright © Psicanálise – Revista da SBPdePA
Revisão de português: Mayara Lemos

Recebido em: 28/03/2022

Aceito em: 18/04/2022

Augusta Gerchmann
Rua Florêncio Ygartua, 270/110
90430-010 – Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: augustagerchmann@hotmail.com